

Documento:523294 Poder Judiciário JUSTIÇA ESTADUAL Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins GAB. DA DESA. ANGELA PRUDENTE Apelação Criminal (PROCESSO ORIGINÁRIO EM MEIO ELETRÔNICO) Nº 0002090-56.2020.8.27.2716/TO RELATORA: Desembargadora ANGELA MARIA RIBEIRO PRUDENTE APELANTE: DANILO CARDOSO RODRIGUES (RÉU) ADVOGADO: ONIVALDO SOARES CARDOSO (OAB T0009177) APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO (AUTOR) VOTO EMENTA: APELAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. ART. 33, CAPUT, DA LEI N.º 11.343/06. PRELIMINAR DE NULIDADE DE PROVAS. BUSCA PESSOAL. FUNDADAS SUSPEITAS. AUSÊNCIA DE MANDADO JUDICIAL. DISPOSIÇÃO DO ART. 244, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. PROVA LÍCITA. 1. Não há que se falar em nulidade do procedimento de busca pessoal realizado por policiais militares em patrulhamento, haja vista que, ao contrário dos argumentos ventilados pela defesa, existiam fundadas suspeitas de que o indivíduo trazia consigo substâncias ilícitas, o qual tentou empreender fuga ao avistar a guarnição policial, além de ter sido abordado próximo a local conhecido pelo comércio proscrito de entorpecentes. 2. Conforme dicção do art. 244, do Código de Processo Penal, a busca pessoal independe de mandado quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de objetos que constituam corpo de delito, o que restou evidenciado na espécie, cujas suspeitas se confirmaram com a apreensão de 11 porções de maconha com o acusado. ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVAS COMPROVADAS. DEPOIMENTO DE POLICIAIS. PROVA IDÔNEA EM HARMONIA COM OS DEMAIS ELEMENTOS DE CONVICÇÃO. DESCLASSIFICAÇÃO DE TRÁFICO PARA USO PRÓPRIO. INVIABILIDADE. 3. Demonstradas a materialidade e autoria delitivas do crime de tráfico de drogas, mormente pelas provas documental, pericial e testemunhal indicarem que o apelante foi preso em flagrante transportando/trazendo consigo 11 porções de maconha, a manutenção da condenação é medida que se impõe, afastando-se o pleito absolutório. 4. Os depoimentos dos policiais responsáveis pela prisão em flagrante, não contraditados por nenhum elemento de prova, formando harmonia com os demais dados dos autos, são provas suficientes a ensejar o decreto condenatório. 5. É irrelevante o fato de o recorrente não ter sido apanhado no momento da mercancia da droga, uma vez que vender, em tema de entorpecente, é apenas uma das condutas típicas e não condição sine qua non do delito de tráfico de drogas, haja vista que para sua configuração basta que a conduta se subsuma em um dos núcleos descritos no art. 33, da Lei nº 11.343/06, pois se trata de crime de ação múltipla. 6. A desclassificação da conduta de tráfico de drogas para o delito de uso de substância entorpecente somente é admitida diante da comprovação clara e segura da situação alegada, devendo ser afastada a pretensão diante do arcabouço probatório no sentido de que o réu transportava/trazia consigo drogas para comercialização, condutas estas admitidas no tipo penal previsto no art. 33, da Lei nº 11.343/06. DOSIMETRIA. RECONHECIMENTO DA CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE DA PENA MENORIDADE RELATIVA. REPRIMENDA MANTIDA NA FASE INTERMEDIÁRIA. SÚMULA Nº 231 DO STJ. TRÁFICO PRIVILEGIADO. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DA PENA PREVISTA NO ART. 33, § 4º, DA LEI DE DROGAS. NÃO INCIDÊNCIA. DEDICAÇÃO AO CRIME. QUANTUM DEFINITIVO DA REPRIMENDA MANTIDO. 7. Em sendo o agente menor de 21 anos de idade na data do fato, aplica-se ao caso a circunstância atenuante da pena prevista no art. 65, I, primeira parte, do Código Penal. Todavia, tendo em vista que a pena-base foi fixada no mínimo legal previsto em abstrato para o tipo, deixa-se de valorá-la em observância à Súmula nº 231 do STJ. 8. A incidência da causa especial de diminuição da pena prevista no § 4º, do art. 33, da Lei de Drogas, tem sua aplicabilidade condicionada

ao cumprimento dos requisitos previstos no aludido dispositivo, que, se verificados, faz nascer para o acusado um direito público subjetivo com relação à concessão do benefício. 9. Vislumbra-se que o legislador quis beneficiar o chamado “traficante de primeira viagem”, prevenindo iniquidades decorrentes da aplicação de reprimendas semelhantes às daqueles que fazem do tráfico um meio de vida. 10. Na hipótese vertente, o acusado responde a outras ações penais pelo delito de tráfico de drogas o que evidencia, na linha do entendimento dos Tribunais de Sobreposição, a dedicação à atividade criminosa, justificando o afastamento do tráfico privilegiado. 11. Quanto ao regime inicial de cumprimento da pena definitivamente estabelecida em 5 anos de reclusão, deve ser mantido o regime semiaberto, nos termos do art. 33, § 2º, b, do Código Penal, sendo incabível, na espécie, a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, em razão do quantum da reprimenda, conforme o art. 44, I, do Código Penal. PENA DE MULTA. PLEITO DE ISENÇÃO. ALEGAÇÃO DE POBREZA. IMPOSSIBILIDADE. CONDENAÇÃO EM CUSTAS PROCESSUAIS. REVERSÃO. MOMENTO DA VERIFICAÇÃO. JUÍZO DA EXECUÇÃO. PLEITO IMPROCEDENTE. 12. A condenação em pena de multa integra o preceito secundário do tipo penal, não havendo possibilidade de ser afastada pelo julgador em razão da alegada hipossuficiência do réu, já que se trata de sanção de caráter penal e sua isenção violaria o princípio constitucional da legalidade. 13. É na fase da execução que deve ser avaliada a hipossuficiência de quem reclama os auspícios da justiça gratuita, para fins de isenção do pagamento das custas processuais. 14. Apelação conhecida e parcialmente provida para reconhecer a incidência da circunstância atenuante da pena prevista no art. 65, I, primeira parte, do Código Penal, sem, no entanto, alterar o quantitativo final de pena em razão da incidência da Súmula nº 231 do STJ. VOTO O recurso preenche os requisitos legais de admissibilidade, sendo adequado e tempestivo, razão pela qual merece CONHECIMENTO. Conforme relatado, trata-se de Apelação interposta por DANILO CARDOSO RODRIGUES em face da sentença (evento 68, autos originários) proferida nos autos da ação penal nº 0002090-56.2020.8.27.2716, em trâmite no Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Dianópolis, na qual foi condenado pela prática do crime descrito no art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06, à pena definitiva de 5 anos de reclusão – no regime inicial semiaberto – além de 500 (quinhentos) dias-multa, no valor unitário mínimo. Segundo se extrai da denúncia, no dia 13/12/2019, por volta das 14h, na Rua Herculano Rodrigues, no Setor Bela Vista, em Dianópolis-TO, o ora apelante trazia consigo, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, para fins de comércio ilegal, 11 (onze) porções da substância conhecida como “maconha”, pesando 20,8 g (vinte gramas e oito decigramas), substâncias proscritas em todo o território nacional, capaz de provocar dependência física e psíquica de acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Apurou-se que nas circunstâncias de tempo e local citadas, policiais militares em patrulhamento avistaram o denunciado em atitude suspeita e, ao se aproximarem, notaram que se tratava do denunciado Danilo Cardoso, suspeito da prática do tráfico de drogas e outros delitos na cidade de Dianópolis-TO. Após busca pessoal, as substâncias entorpecentes foram localizadas, as quais foram descritas do Auto de Exibição de Apreensão. Em razão do fato, foi denunciado como incurso nas sanções do art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06, denúncia esta recebida em 29/01/2020. Feita a instrução, o d. magistrado a quo julgou a pretensão punitiva estatal procedente, condenando-o nos termos declinados em linhas

pretéritas. Em suas razões recursais (evento 83, autos de origem), o apelante aduz que a busca pessoal deve basear-se em fundada suspeita, de modo que a ausência de justificativa torna ilícita a prova adquirida. Aduz que no caso concreto os policiais não relataram qual atitude suspeita ensejou a busca pessoal, razão pela qual a abordagem policial se deu de forma abusiva e, como tal, eivou de nulidade as provas obtidas. Adiante, alega que a autoria delitiva não restou suficientemente comprovada, uma vez que as drogas destinavam-se ao seu uso, já que faz uso de entorpecentes desde criança, pelo que requer, em suma: a) a declaração de nulidade das provas; b) a absolvição ante a ausência de provas a subsidiar sua condenação; c) a desclassificação para a conduta tipificada no art. 28, da Lei nº 11.343/06; d) a redução da pena-base ao mínimo legal; e) o reconhecimento da circunstância atenuante da pena prevista no art. 65, I, do Código Penal (menoridade relativa); f) a incidência da causa especial de diminuição da pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei de Drogas; g) a exclusão da pena de multa; h) a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos ou a fixação de regime prisional menos gravoso; i) o benefício da justiça gratuita. Em sede de contrarrazões (evento 86, autos de origem), o apelado propugnou pelo conhecimento e improvemento do recurso, a fim de que a sentença seja mantida em seus exatos termos. No mesmo sentido opinou a d. Procuradoria-Geral de Justiça, no parecer exarado no evento 6, dos autos epigrafados. Prefacialmente, a defesa requer que seja declarada a nulidade das provas oriundas da busca pessoal, sob a alegação de ausência de justificativa idônea. Todavia, sem razão. Isso porque, conforme consta da denúncia e dos elementos de prova constantes nos autos, os policiais estavam em patrulhamento de rotina quando avistaram o acusado em atitude suspeita, o qual teria empreendido fuga ao avistar a guarnição. Ademais, conforme será melhor explanado adiante, os policiais militares relataram que o acusado foi abordado nas proximidades de um local conhecido pelo comércio proscrito de entorpecentes, circunstâncias que, aliadas, indicam a fundada suspeita que culminou com a busca pessoal e consequente flagrante do denunciado. Consoante o art. 244, do Código de Processo Penal, “a busca pessoal independe de mandado, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar”. Na hipótese, segundo relatos dos policiais militares, haviam fundadas suspeitas da prática do crime de tráfico de drogas, e a situação de flagrância, nos termos da disposição legal, dispensa a apresentação de mandado judicial para a busca pessoal. Além disso, tais suspeitas se confirmaram com a apreensão de 11 porções de maconha, com peso total de 20,8g (vinte gramas e oito decigramas) – evento 1, autos do IP, trazidas com o increpado. Nesse sentido, no julgamento de caso análogo, o Superior Tribunal de Justiça decidiu: PENAL. PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. CONDENAÇÃO POR TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO EM FLAGRANTE. GUARDAS MUNICIPAIS. ILEGALIDADE. DESVIO DE FUNÇÃO. PROVAS ILÍCITAS. INOCORRÊNCIA. CRIME PERMANENTE. PRISÃO EM FLAGRANTE AUTORIZADA. BUSCA PESSOAL. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. FUNDADAS RAZÕES. NÃO ENFRENTAMENTO DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ENUNCIADO SUMULAR N. 182/STJ. AUSÊNCIA. DE NOVOS ARGUMENTOS APTOS A ALTERAR A DECISÃO AGRAVADAS. I – É assente nesta Corte Superior a orientação de que os integrantes da guarda municipal não desempenham a função de policiamento ostensivo. Contudo, também é firme o entendimento jurisprudencial deste Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, “nos

termos do artigo 301 do Código de Processo Penal, qualquer pessoa pode prender quem esteja em flagrante delito, razão pela qual não há qualquer óbice à sua realização por guardas municipais. Precedentes" (HC n. 357.725/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe de 12/05/2017). II – Em situações de flagrante delito, como restou evidenciado v. aresto reprochado, bem como no auto de prisão em flagrante lavrado pela autoridade policial (fls. 10-22), a atuação dos agentes municipais está respaldada no comando legal do art. 301 do Código de Processo Penal. III – A respeito da busca pessoal realizada, sabe-se que o artigo 240, § 2º, do Código de Processo Penal preceitua que será realizada "busca pessoal quando houver fundada suspeita de que alguém oculte consigo arma proibida ou objetos mencionados nas letras b a f e letra h do parágrafo anterior". Por sua vez, o artigo 244 do aludido diploma legal prescreve que "a busca pessoal independe de mandado, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar". Da leitura dos referidos dispositivos, depreende-se que a revista pessoal independe de mandado quando se está diante de fundada suspeita de que o indivíduo traz consigo objetos ilícitos. IV – In casu, ao contrário do que sustentado na presente insurgência, verifica-se que configuraram-se as fundadas razões exigidas pela lei processual, uma vez que o ora agravante, que trafegava por via pública já conhecida pelos agentes como ponto utilizado para a realização do comércio espúrio com uma sacola em suas mãos, ao notar a presença de equipe policial que realizava patrulhamento de rotina, apresentou acentuado nervosismo, o que causou estranheza nos milicianos, que decidiram, somente então, realizar a abordagem. Por conseguinte, havendo, de fato, fundada suspeita de que o paciente estava na posse de objetos ilícitos, não há que se falar em nulidade da busca pessoal realizada. V – De mais a mais, importante esclarecer a impossibilidade de se percorrer todo o acervo fático-probatório nesta via estreita do writ, como forma de desconstituir as conclusões das instâncias ordinárias, soberanas na análise dos fatos e provas, providência inviável de ser realizada dentro dos estreitos limites do habeas corpus, que não admite dilação probatória e o aprofundado exame do acervo processual. VII – No mais, a d. Defesa se limitou a reprisar os argumentos da impetração inicial, o que atrai o verbete do Enunciado Sumular n. 182 desta eg. Corte Superior de Justiça, segundo a qual é inviável o agravo regimental que não impugna especificamente os fundamentos da decisão agravada. Agravo regimental desprovido. (STJ – AgRg no HC: 684062 SP 2021/0243993-7, Relator: Ministro JESUÍNO RISSATO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJDF), Data de Julgamento: 19/10/2021, T5 – QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 03/11/2021) – grifei Assim sendo, não há que se falar, nesse contexto, em nulidade do ato, conforme orientação da Corte Superior, uma vez que não houve qualquer ilicitude que pudesse contaminá-lo. Superada a única questão prejudicial aventada pelo recorrente, passa-se à análise de mérito. Como visto, o recorrente postula sua absolvição da conduta descrita na denúncia, sob o argumento de que o conjunto probatório angariado nos autos não cuidou em demonstrar atos típicos da traficância de drogas. Entretanto, avaliando os fatos narrados na denúncia em cotejo com as provas existentes nos autos, não há que se dar guarida ao pleito recursal, pois os elementos de convicção coligidos na fase inquisitorial, aliados àqueles obtidos em Juízo sob o crivo do contraditório, são mais do que suficientes para conduzir à certeza de que as substâncias entorpecentes encontradas consigo

destinavam-se ao tráfico. In casu, a materialidade do delito é indubitosa, estando ela estampada pelo auto de prisão em flagrante nº 12306/2019, boletim de ocorrência nº 101362/2019, auto de exibição e apreensão, laudo de exame pericial toxicológico preliminar, laudo de exame pericial de constatação de objetos, além dos depoimentos das testemunhas colhidos na fase inquisitiva e em juízo (eventos 1 e 22, autos nº 0003362-22.2019.8.27.2716). No que diz respeito à autoria, ao contrário das alegações do recorrente, esta também é incontestada diante da prova oral colhida durante a instrução criminal. Na fase inquisitiva, o apelante negou a prática delitiva, enquanto em juízo, declarou: “eu cometi este crime. Estava indo no mercado, antes de chegar no mercado eu fui abordado. A droga era para consumo. Eu tomo remédio controlado. Eu tenho problema mental, me dá crise. Tenho transtorno mental. Eu tenho problema mental só quando eu não tomo o remédio. Eu estou tomando remédio todos os dias. Eu trabalho de ajudante na fazenda do meu avô. (...) Eu não tenho conhecimento de vender droga. Eu comecei a usar droga quando eu vendia “laranjinha”, e aí na esquina de casa chegou um cara me oferecendo. Eu era menino ainda. Depois que usei pela primeira vez, não dei conta de parar mais. Eu tinha de 8 a 9 anos de idade. Eu estudei e era um aluno inteligente. Estudei no IFTO, mas depois não dei conta de estudar mais. Estudei lá no ano de 2015 e parei de estudar por causa da droga. Tive crise e fui internado, foi um estrago em minha vida. Foi nessa época que descobri que tinha problema mental, e depois ainda tentei continuar estudando, só que eu estava tendo crise. Eu fiquei internado já umas duas vezes no HGP e em Gurupi, por causa dessas crises. Em Palmas eu fiquei uns 21 dias internado. Eu tenho vontade de parar de usar droga, meu sonho é esse. Parar de usar droga, trabalhar... só que eu não consigo parar” (evento 46, autos de origem). Todavia, a alegação do recorrente não convence, estando em descompasso com o conjunto probatório inserto aos autos, notadamente os depoimentos dos policiais militares que realizaram a abordagem do autor, cujas declarações ratificaram aquelas prestadas na fase inquisitorial, consoante se depreende a seguir. A testemunha JENESES PEREIRA CARDOSO, policial militar, em audiência disse que (evento 46): Na data dos fatos, eu estava em patrulhamento com minha equipe e visualizamos o Danilo e ele, ao perceber a viatura, tentou dar fuga. Porém sem sucesso. Foi feita a abordagem e a busca e encontramos com ele. Estava dentro de uma caixa de cigarro. Eu que fiz a busca e tinha 11 porções da substância (maconha). O Danilo é bem conhecido nesse mundo do tráfico, porque ele costumeiramente é conduzido para delegacia portando droga. As vezes com quantidade maior, as vezes menor. Receptação também é bem costumeiro. Ela já foi preso outras vezes por porte de droga e após essa condução ele já foi conduzido novamente. O Danilo diz sim que tem problema mental. Eu acredito que seja apenas um alibi para ele continuar fazendo esses delitos de receptação, venda de produtos furtados, tráfico de drogas... ele se faz valer em cima disso, de que é doente mental. Mas não condiz com as atitudes dele. A maconha estava “dolada” pronta para venda. Não havia nenhum objeto que indicasse que a droga seria consumida por ele. A casa dele é conhecida como ponto de tráfico de drogas, já aconteceu abordagem na própria casa onde foi encontrado drogas e materiais de furtos. E isso ocorreu depois dessa abordagem nossa. Inclusive a abordagem ocorreu um pouco abaixo da casa dele, mas na mesma rua. – grifei A testemunha LUIS GUILHERME RODRIGUES CARVALHO, policial militar, em audiência disse que (evento 46): “Nós estávamos em patrulhamento, quando avistamos o mesmo em uma ação suspeita próxima a um local conhecido já por tráfico de

entorpecentes. Foi feita a abordagem e foi encontrada em uma carteira de cigarro 11 porções de maconha, pronta para o comércio. Eu mesmo já participei da condução dele várias vezes. Os traficantes o usam com a desculpa de que ele tem problema mental e por isso é inimputável. E da última vez ele já usou isso como desculpa, falando que nós não podemos pegar ele, não podemos levá-lo porque ele é inimputável. Ele está sendo bastante usado pelos traficantes para a venda do entorpecente com a prerrogativa de não poder ser punido. Que eu tenho conhecimento os crimes que ele tem são apenas os de droga. Neste dia a droga que estava com o indivíduo estava "dolada". Não foi encontrado nenhum objeto que indicasse que a droga seria usada para consumo pessoal. Ele faz a entrega da droga. Gostaria de fazer uma observação de que ele é distribuidor Luan Diego que é um dos maiores distribuidores da cidade. Inclusive esse mesmo foi apreendido na casa de Danilo "bocão". Que é o braço direito dele, o pulverizador de droga do mesmo." – grifei Sobre a possível inimputabilidade do agente aduzida nos depoimentos adrede transcritos, insta mencionar que em Incidente de Insanidade Mental, autuado sob o nº 0003753-40.2020.8.27.2716, o perito judicial atestou que ao tempo do fato o acusado era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito da conduta, sendo homologado pelo magistrado singular. Como visto, as circunstâncias de apreensão da droga traçadas pelos depoimentos policiais elucidam a prática criminosa, servindo como importante elemento de convicção na condenação do acusado. Convém destacar que, além das testemunhas policiais não terem sido contraditadas, a orientação pretoriana é no sentido de que constituem prova idônea seus respectivos depoimentos, como de qualquer outra testemunha que não esteja impedida ou suspeita, notadamente quando prestados sob o crivo do contraditório, aliado ao fato de estar em consonância com o conjunto probatório dos autos, como na espécie. A propósito, tal entendimento tem o beneplácito do magistério jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal, para quem "inexiste qualquer restrição a que servidores policiais sejam ouvidos como testemunhas. O valor de tais depoimentos testemunhais – especialmente quando prestados em juízo, sob a garantia do contraditório – reveste-se de inquestionável eficácia probatória, não se podendo desqualificá-los pelo só fato de emanarem de agentes estatais incumbidos, por dever de ofício, da repressão penal, consoante adverte a jurisprudência dos Tribunais. Na realidade, o depoimento testemunhal do agente policial somente não terá valor quando se evidenciar que esse servidor do Estado, por revelar interesse particular na investigação penal, age facciosamente ou quando se demonstrar – tal como ocorre com as demais testemunhas – que suas declarações não encontram suporte e nem se harmonizam com outros elementos probatórios idôneos" (HC 73518, Relator (a): Min. CELSO DE MELLO). No mesmo sentido: PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. ROUBO MAJORADO E RECEPÇÃO. ABSOLVIÇÃO. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DE PROVA. VALOR PROBANTE DO DEPOIMENTO DOS POLICIAIS. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA NÃO EVIDENCIADO. ART. 156 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. WRIT NÃO CONHECIDO. 1. (...) 4. Nos moldes da jurisprudência desta Corte, os depoimentos dos policiais têm valor probante, já que seus atos são revestidos de fé pública, sobretudo quando se mostram coerentes e compatíveis com as demais provas dos autos. Nessa linha: AgRg no AREsp n. 1.317.916/PR, Quinta Turma, Rel. Ministro Joel Ilan Paciornik, DJe de 5/8/2019; REsp n. 1.302.515/RS, Sexta Turma, Rel. Ministro Rogerio Schietti Cruz, DJe de 17/5/2016; e HC n. 262.582/RS, Sexta Turma, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, DJe de 17/3/2016. 5. A conclusão da instância

ordinária está em sintonia com a jurisprudência consolidada desta Corte, segundo a qual, no crime de receptação, se o bem houver sido apreendido em poder do paciente, caberia à defesa apresentar prova da origem lícita do bem ou de sua conduta culposa, nos termos do disposto no art. 156 do Código de Processo Penal, sem que se possa falar em inversão do ônus da prova. 6. Writ não conhecido. (STJ. HC 626.539/RJ, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 09/02/2021, DJe 12/02/2021) – grifei Como se sabe, vigora no Processo Penal o princípio do livre convencimento motivado/persuasão racional, sendo lícito ao julgador apreciar livremente a prova judicializada, nos termos do artigo 155, do CPP, em busca da verdade real, proferindo sua decisão, contudo, de forma fundamentada, com o que não há qualquer impedimento de consideração no decreto condenatório. Nesse contexto, é mister destacar que o contato pessoal do Juiz primevo com as partes e testemunhas adquire importância ainda maior, uma vez que é durante a audiência que o Magistrado tem a oportunidade de perceber as nuances das suas declarações, capazes de indicarem se estão faltando ou não com a verdade. Ademais, a defesa não se desincumbiu de infirmar os testemunhos dos policiais militares, pois a prática do tráfico de entorpecentes encontra respaldo não somente na prova oral, como também nas circunstâncias da apreensão da droga – restando daí a quantidade de 11 porções de maconha, com peso de 20,8g – restando devidamente evidenciado que o recorrente traficava, não sendo demais asseverar que o tipo penal previsto no art. 33, da Lei 11.343/06 é de ação múltipla, em que são admitidas as 18 (dezoito) condutas, dentre as quais, transportar e trazer consigo drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. A propósito: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. PROCESSO PENAL. TRÁFICO, MODALIDADE TENTADA. NÃO OCORRÊNCIA. BENEFÍCIO DO ART. 33, § 4º, DA LEI Nº 11.343/06. NÃO INCIDÊNCIA. ACUSADO QUE INTEGRA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. O tráfico ilícito de entorpecentes, crime plurinuclear ou de condutas múltiplas, formal, consuma-se com a prática de qualquer um de seus verbos (importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal). 2. Não se pode falar na tentativa delitiva, uma vez que, conforme consignado pela Corte de origem, o réu estava na posse de entorpecente que havia sido transportado do exterior, preenchendo assim indene de dúvidas os elementos do núcleo verbal "trazer consigo" e "transportar", configurando exaurimento do crime a hipótese do entorpecente chegar ao seu suposto destino (e-STJ fls.358). 3. Para aplicação da causa de diminuição de pena do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006, o condenado deve preencher, cumulativamente, todos os requisitos legais, quais sejam, ser primário, de bons antecedentes, não se dedicar a atividades criminosas nem integrar organização criminosa, podendo a reprimenda ser reduzida de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços), a depender das circunstâncias do caso concreto. 4. No presente caso, o Tribunal a quo, no ponto, consignou, a partir da análise das provas, que o acusado integra organização criminosa. Ora, para se acolher a tese de que o ora agravante não participa de organização criminosa, possibilitando a incidência do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006, imprescindível o reexame das provas, procedimento sabidamente inviável na instância especial. Inafastável a incidência da Súmula n. 7/STJ. 5. Agravo regimental não provido. (STJ. AgRg no AgRg no AREsp

1740701/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 09/12/2020, DJe 14/12/2020) – grifei Vender, em tema de entorpecente, é apenas uma das condutas típicas e não condição sine qua non do delito de tráfico de ilícito, uma vez que deve ser considerado traficante não apenas quem comercializa entorpecente, mas todo aquele que de algum modo participa da produção, armazenamento e da circulação de drogas. Oportuna a citação de julgado do STJ sobre a questão: RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. NÃO OCORRÊNCIA. CRIME IMPOSSÍVEL. IMPOSSIBILIDADE. DELITO UNISSUBSISTENTE. REVISTA ÍNTIMA. LICITUDE DAS PROVAS OBTIDAS. MOMENTO DO INTERROGATÓRIO. RECURSO PROVIDO. (...) 4. É desnecessária, para a configuração do delito previsto no art. 33, caput, da Lei n. 11.343/2006, a efetiva tradição ou entrega da substância entorpecente ao seu destinatário final. Basta a prática de uma das dezoito condutas relacionadas a drogas para que haja a consumação do ilícito penal. Precedentes. 5. Em razão da multiplicidade de verbos nucleares previstos no art. 33, caput, da Lei n. 11.343/2006 (crime de ação múltipla ou de conteúdo variado), inequívoca a conclusão de que o delito ocorreu em sua forma consumada, na modalidade "trazer consigo" ou "transportar". Vale dizer, antes mesmo da abordagem da acusada pelos agentes penitenciários, o delito já havia se consumado com o "trazer consigo" ou "transportar" drogas (no caso, 143,7 g de maconha), sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Inviável, por conseguinte, a aplicação do instituto do crime impossível. (...) 12. Recurso especial provido, nos termos do voto do relator. (STJ – REsp 1523735/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 26/02/2018) – grifei Além disso, mesmo que seja demonstrada sua condição de toxicômano, como pretende a defesa, certo é que, para se distinguir o usuário do traficante, não basta um fato isolado, mas sim, o conjunto de informações obtidas. Há de se levar em conta todos os fatores em que incidiram a prática criminosa, até porque, a mera alegação de que o acusado é usuário de substância entorpecente é circunstância perfeitamente compatível com o crime de tráfico previsto no art. 33, da Lei nº 11.343/06. Antes, deve ser inequivocamente demonstrado que a droga tinha como destino o uso exclusivo do réu, o que não restou incontestado no caso sub judice. E como já exaustivamente declinado, as circunstâncias da apreensão do entorpecente e as provas orais e documentais comprovam a prática do delito de tráfico de drogas, não havendo o mínimo espaço para incidência do princípio in dubio pro reo, tampouco para a desclassificação do delito para o tipo previsto no art. 28, caput, da Lei nº 11.343/2006. Logo, de rigor a manutenção da condenação do apelante. Passo à análise da dosimetria da pena. Como é sabido, o julgador deve, ao individualizar a pena, examinar com acuidade os elementos que dizem respeito ao fato, obedecidos e sopesados todos os critérios estabelecidos no art. 59, do Código Penal, para aplicar, de forma justa e fundamentada, a reprimenda que seja proporcionalmente necessária e suficiente para reprovação do crime. Sabe-se também que o juiz, quando da fixação das penas, tem algum espaço discricionário para valorar as circunstâncias judiciais, objetivando a necessária prevenção e repressão do crime, sempre respeitando os limites previstos no tipo legal. A discricionariedade em questão deve vir acompanhada, para ser validada, de fundamentação idônea, sob pena de transmutar-se em arbitrariedade inaceitável. O crime de tráfico de drogas prevê pena de 5 a 15 anos de reclusão e pagamento de 500 a 1500 dias-multa. Na primeira fase dosimétrica, o d. magistrado sentenciante fixou a pena-base no mínimo

legal, isto é, em 5 anos de reclusão e 500 dias-multa, por entender que não pairam em desfavor do condenado quaisquer das circunstâncias judiciais elencadas no art. 59, do Código Penal. Na segunda fase, o d. juiz consignou não concorrerem circunstâncias agravantes e/ou atenuantes da pena, ao passo em que a defesa pugna pelo reconhecimento da menoridade relativa. Os documentos jungidos ao inquérito policial (evento 1 – P_FLAGRANTE2) demonstrem a data de nascimento do acusado em 30/03/1998, de modo que, ao tempo do fato (13/12/2019), ainda não havia completado 21 anos, restando configurada a circunstância atenuante prevista no art. 65, I, do Código Penal. Contudo, tal conclusão não tem o condão de alterar a pena na fase intermediária, em atendimento ao teor da Súmula 231, do Superior Tribunal de Justiça, in verbis: A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal. Portanto, concorre a circunstância atenuante prevista no art. 65, I, primeira parte, do Código Penal, qual seja, agente menor de 21 anos na data do fato, todavia, deixo de dosá-la em observância à Súmula nº 231, do STJ. Na terceira etapa não se verificam causas especiais de aumento da reprimenda. Neste capítulo, porém, a defesa requesta a incidência do privilégio previsto no art. 33, § 4º, do Código Penal, o qual foi indeferido pelo magistrado sentenciante, sob os seguintes fundamentos: (...) Em análise ao caso concreto, vislumbra-se que o réu possui em trâmite, três ações penais pelo delito de tráfico (autos nº 00043102720208272716; 00045086420208272716 e 00021327120218272716), o que demonstra que o mesmo é dedicado a atividades criminosas. Diante do exposto, afasto a aplicação da causa de diminuição de pena do artigo 33, § 4º, da Lei de Drogas. (...) A incidência da causa especial de diminuição da pena prevista no § 4º, do art. 33, da Lei de Drogas, tem sua aplicabilidade condicionada ao cumprimento dos requisitos previstos no aludido dispositivo, que, se verificados, faz nascer para o acusado um direito público subjetivo com relação à concessão do benefício. Nos termos do § 4º, do art. 33, da citada lei, as penas do crime de tráfico de drogas poderão ser reduzidas de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços), desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades delituosas e nem integre organização criminosa. Vislumbra-se, portanto, que o legislador quis beneficiar o chamado “traficante de primeira viagem”, prevenindo iniquidades decorrentes da aplicação de reprimendas semelhantes às daqueles que fazem do tráfico um meio de vida. No caso sub judice, a sentença encontra-se em harmonia com o entendimento do Supremo Tribunal Federal acompanhado pelo Superior Tribunal de Justiça, donde se extrai que “a existência de ações penais em curso constitui premissa idônea e válida a evidenciar a dedicação a atividade criminosa e justificar o afastamento do tráfico privilegiado” (STF. HC 201617 AgR, Relator (a): NUNES MARQUES, Segunda Turma, julgado em 23/11/2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-248 DIVULG 16-12-2021 PUBLIC 17-12-2021). E mais: Agravo regimental em habeas corpus. Penal. Processual Penal. Constitucional. Afastamento da minorante prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/2006, com fundamento na existência de ações penais em curso. Possibilidade. Precedente. Divergência quanto à conclusão das instâncias ordinárias no sentido do envolvimento do agravante com atividades criminosas. Inviabilidade. Reexame de fatos e provas. Agravo regimental não provido. 1. A existência de inquéritos policiais pode configurar o envolvimento do réu com atividades criminosas, o qual justifica a aplicação ao caso do art. 33, § 4º, da Lei 11.343/2006 (HC nº 132,423/AL, Primeira Turma, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJe de 18/8/17). 2. É firme a jurisprudência do

Supremo Tribunal Federal no sentido de que, “[s]e as circunstâncias concretas do delito ou outros elementos probatórios revelam a dedicação do paciente a atividades criminosas, não tem lugar o redutor do § 4º do art. 33 da Lei 11.343/2006” (HC nº 123.042/MG, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, DJe de 31/10/14). 3. Agravo regimental não provido. (STF. HC 190946 AgR, Relator (a): DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, julgado em 03/05/2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-162 DIVULG 13-08-2021 PUBLIC 16-08-2021) – grifei AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. TRÁFICO DE DROGAS. DOSIMETRIA. CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO DA PENA. ART. 33, § 4º, DA LEI N. 11.343/2006. INVIABILIDADE. PACIENTE QUE SE DEDICA À ATIVIDADE CRIMINOSA. DUAS AÇÕES PENAIIS EM CURSO. NÃO ATENDIMENTO DAS DIRETRIZES EXIGIDAS PARA O RECONHECIMENTO DO PRIVILÉGIO. PRECEDENTES. MANTIDO O REGIME INICIAL SEMIABERTO E A NEGATIVA DE SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR MEDIDAS RESTRITIVAS DE DIREITOS. EXPRESSA PREVISÃO LEGAL. AGRADO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. – Nos termos do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006, os condenados pelo crime de tráfico de drogas terão a pena reduzida, de um sexto a dois terços, quando forem reconhecidamente primários, possuírem bons antecedentes e não se dedicarem a atividades criminosas ou integrarem organização criminosa. – O fato de o paciente possuir duas ações penais em curso – Processo n. 0001456-02.2015.8.24.0006, por homicídio qualificado, e Processo n. 0000753-42.2013.8.24.0006, por tráfico de drogas –, embora não possam ser utilizadas a título de maus antecedentes, denotam sua dedicação à atividade criminosa, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, que ao julgar o EREsp n. 1.431.091/SP (DJe 1º/2/2017), de relatoria do Ministro FELIX FISCHER, firmou o entendimento de que é possível a utilização de inquéritos policiais e/ou ações penais em curso para a formação da convicção de que o Réu se dedica a atividades criminosas, de modo a afastar o benefício legal previsto no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006, exatamente como ocorrido na espécie. Precedentes. – Inalterado o montante das sanções, ficou mantido o regime inicial semiaberto e a negativa de substituição da pena privativa de liberdade por medidas restritivas de direitos, por expressa determinação legal, nos termos do art. 33, §§ 2º e 3º, e art. 44, I, ambos do Código Penal. – Agravo regimental não provido. (STJ. AgRg no AgRg no HC 665.192/SC, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 03/08/2021, DJe 10/08/2021) – grifei Logo, mantenho a pena definitiva do condenado em 5 anos de reclusão e 500 dias-multa, calculados à razão de 1/30 do valor do salário-mínimo vigente ao tempo do fato. Observando que a pena privativa de liberdade é superior a 4 (quatro) anos mas não excede a 8 (oito), deve ser mantido o regime semiaberto de cumprimento da pena, nos termos do art. 33, § 2º, b, do Código Penal, sendo incabível, na espécie, a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, em razão do quantum da reprimenda, deixando de atender ao requisito do art. 44, I, do Código Penal. Adiante, questiona a condenação à pena de multa, ao argumento de que é hipossuficiente e não detém condições de arcar com a condenação pecuniária sem prejuízo do seu sustento. Todavia, a situação econômica do condenado não é causa de exclusão de pena, não se encontrando no sistema jurídico-penal brasileiro nenhuma previsão desta natureza; ao contrário, o artigo 60, do Código Penal, prescreve que o magistrado, no momento da aplicação da pena de multa, deve atender, principalmente, à situação econômica do réu e não isentá-lo da sanção cabível. Com efeito, ainda que se reconheça a condição de pobreza do apelante, impende destacar que não é possível a isenção da pena de multa,

haja vista que esta é de aplicação obrigatória, tratando-se de sanção que integra o preceito secundário do tipo penal. Noutras palavras, não compete ao julgador, sob qualquer pretexto não previsto na própria legislação, isentar alguém da pena estabelecida pelo legislador ordinário, já que, assim, estaria criando nova norma, ferindo sobremaneira o princípio constitucional da legalidade. A propósito: PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PENA DE MULTA. ISENÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Nos termos da jurisprudência desta Corte, não se admite a isenção da pena de multa prevista no preceito secundário da norma penal incriminadora, por falta de previsão legal. Precedentes. 2. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1708352/RS, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 17/11/2020, DJe 04/12/2020) Na espécie, o que se verifica é que a pena pecuniária foi aplicada de forma proporcional à pena privativa de liberdade não havendo reparos a serem efetivados. Inclusive, o juízo sentenciante arbitrou os respectivos dias-multa no menor valor unitário possível, ou seja, um trigésimo do salário-mínimo. Do mesmo modo não prospera o pleito de isenção do pagamento das custas nos termos da Lei nº 1.060/1950, uma vez que constitui efeito da sentença condenatória (artigo 804, do Código de Processo Penal) e a suspensão da exigibilidade deve ser efetivada perante o juízo da execução penal, mediante prova da situação de hipossuficiência alegada. Nesse sentido, a jurisprudência: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PLEITO DE JUSTIÇA GRATUITA. OMISSÃO CONFIGURADA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO. A concessão dos benefícios da justiça gratuita é delegada ao Juízo da Execução, por não ser este o momento apropriado para sua apreciação. Omissão sanada. (TJTO. AP nº 0004567-86.2019.8.27.0000. 2ª Turma da 1ª Câmara Criminal. Relatora: Juíza Edilene Amorim Alfaix Natário – em substituição. Data de Julgamento: 02/07/2019) – grifei APELAÇÃO CRIMINAL. ART. 163, INC. III, DO CP. COMPENSAÇÃO DE CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE. CONFISSÃO COM CIRCUNSTÂNCIA AGRAVANTE. REINCIDÊNCIA. ISENÇÃO AO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS. MATÉRIA ATINENTE AO JUÍZO DA EXECUÇÃO. APELO CONHECIDO E PROVIDO. 1 – O Superior Tribunal de Justiça em sede de recursos repetitivos (tema nº 585) firmou tese no sentido de que: "É possível, na segunda fase da dosimetria da pena, a compensação da atenuante da confissão espontânea com a agravante reincidência". 2 – A hipossuficiência financeira do apelante não afasta a imposição do pagamento das custas processuais em caso de condenação (CPP, art. 804), face a inexistência de previsão legal para tal isenção, eventual suspensão do cumprimento de tal obrigação, com supedâneo no art. 12 da Lei nº 1060/50, ficará a cargo do juízo da execução penal. 3 – Apelo conhecido e provido. (TJTO. AP 0018750-62.2019.8.27.0000. 1ª Câmara Criminal. Relator: Desembargador Eurípedes Lamounier. Data de Julgamento: 14/04/2020) – grifei Ante o exposto, voto no sentido de conhecer do recurso e DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, tão somente para reconhecer a circunstância atenuante da pena menoridade relativa, sem, no entanto, alterar o quantitativo final de pena em razão da incidência da Súmula nº 231 do STJ, mantendo, quanto ao mais, inalterada a sentença que condenou o apelante pela prática do crime descrito no art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06, à pena definitiva de 5 anos de reclusão – no regime inicial semiaberto – além de 500 (quinhentos) dias-multa, no valor unitário mínimo. Documento eletrônico assinado por ANGELA MARIA RIBEIRO PRUDENTE, Relatora, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa nº 5, de 24 de outubro de 2011. A conferência da autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico <http://www.tjto.jus.br>, mediante o

preenchimento do código verificador 523294v3 e do código CRC b9c5e100.
Informações adicionais da assinatura: Signatário (a): ANGELA MARIA RIBEIRO PRUDENTE Data e Hora: 1/6/2022, às 14:37:49
0002090-56.2020.8.27.2716 523294 .V3 Documento:523295 Poder
Judiciário JUSTIÇA ESTADUAL Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
GAB. DA DESA. ANGELA PRUDENTE Apelação Criminal (PROCESSO
ORIGINÁRIO EM MEIO ELETRÔNICO) Nº 0002090-56.2020.8.27.2716/TO RELATORA:
Desembargadora ANGELA MARIA RIBEIRO PRUDENTE APELANTE: DANILO CARDOSO
RODRIGUES (RÉU) ADVOGADO: ONIVALDO SOARES CARDOSO (OAB TO009177)
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO (AUTOR) EMENTA: APELAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS.
ART. 33, CAPUT, DA LEI N.º 11.343/06. PRELIMINAR DE NULIDADE DE PROVAS.
BUSCA PESSOAL. FUNDADAS SUSPEITAS. AUSÊNCIA DE MANDADO JUDICIAL.
DISPOSIÇÃO DO ART. 244, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. NULIDADE NÃO
CONFIGURADA. PROVA LÍCITA. 1. Não há que se falar em nulidade do
procedimento de busca pessoal realizado por policiais militares em
patrulhamento, haja vista que, ao contrário dos argumentos ventilados pela
defesa, existiam fundadas suspeitas de que o indivíduo trazia consigo
substâncias ilícitas, o qual tentou empreender fuga ao avistar a guarnição
policial, além de ter sido abordado próximo a local conhecido pelo
comércio proscrito de entorpecentes. 2. Conforme dicção do art. 244, do
Código de Processo Penal, a busca pessoal independe de mandado quando
houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de objetos que
constituam corpo de delito, o que restou evidenciado na espécie, cujas
suspeitas se confirmaram com a apreensão de 11 porções de maconha com o
acusado. ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE.
MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVAS COMPROVADAS. DEPOIMENTO DE POLICIAIS.
PROVA IDÔNEA EM HARMONIA COM OS DEMAIS ELEMENTOS DE CONVICÇÃO.
DESCLASSIFICAÇÃO DE TRÁFICO PARA USO PRÓPRIO. INVIABILIDADE. 3.
Demonstradas a materialidade e autoria delitivas do crime de tráfico de
drogas, mormente pelas provas documental, pericial e testemunhal indicarem
que o apelante foi preso em flagrante transportando/trazendo consigo 11
porções de maconha, a manutenção da condenação é medida que se impõe,
afastando-se o pleito absolutório. 4. Os depoimentos dos policiais
responsáveis pela prisão em flagrante, não contraditados por nenhum
elemento de prova, formando harmonia com os demais dados dos autos, são
provas suficientes a ensejar o decreto condenatório. 5. É irrelevante o
fato de o recorrente não ter sido apanhado no momento da mercancia da
droga, uma vez que vender, em tema de entorpecente, é apenas uma das
condutas típicas e não condição sine qua non do delito de tráfico de
drogas, haja vista que para sua configuração basta que a conduta se
subsuma em um dos núcleos descritos no art. 33, da Lei nº 11.343/06, pois
se trata de crime de ação múltipla. 6. A desclassificação da conduta de
tráfico de drogas para o delito de uso de substância entorpecente somente
é admitida diante da comprovação clara e segura da situação alegada,
devendo ser afastada a pretensão diante do arcabouço probatório no sentido
de que o réu transportava/trazia consigo drogas para comercialização,
condutas estas admitidas no tipo penal previsto no art. 33, da Lei nº
11.343/06. DOSIMETRIA. RECONHECIMENTO DA CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE DA PENA
MENORIDADE RELATIVA. REPRIMENDA MANTIDA NA FASE INTERMEDIÁRIA. SÚMULA Nº
231 DO STJ. TRÁFICO PRIVILEGIADO. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DA PENA PREVISTA NO
ART. 33, § 4º, DA LEI DE DROGAS. NÃO INCIDÊNCIA. DEDICAÇÃO AO CRIME.
QUANTUM DEFINITIVO DA REPRIMENDA MANTIDO. 7. Em sendo o agente menor de 21
anos de idade na data do fato, aplica-se ao caso a circunstância atenuante
da pena prevista no art. 65, I, primeira parte, do Código Penal. Todavia,

tendo em vista que a pena-base foi fixada no mínimo legal previsto em abstrato para o tipo, deixa-se de valorá-la em observância à Súmula nº 231 do STJ. 8. A incidência da causa especial de diminuição da pena prevista no § 4º, do art. 33, da Lei de Drogas, tem sua aplicabilidade condicionada ao cumprimento dos requisitos previstos no aludido dispositivo, que, se verificados, faz nascer para o acusado um direito público subjetivo com relação à concessão do benefício. 9. Vislumbra-se que o legislador quis beneficiar o chamado “traficante de primeira viagem”, prevenindo iniquidades decorrentes da aplicação de reprimendas semelhantes às daqueles que fazem do tráfico um meio de vida. 10. Na hipótese vertente, o acusado responde a outras ações penais pelo delito de tráfico de drogas o que evidencia, na linha do entendimento dos Tribunais de Sobreposição, a dedicação à atividade criminosa, justificando o afastamento do tráfico privilegiado. 11. Quanto ao regime inicial de cumprimento da pena definitivamente estabelecida em 5 anos de reclusão, deve ser mantido o regime semiaberto, nos termos do art. 33, § 2º, b, do Código Penal, sendo incabível, na espécie, a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, em razão do quantum da reprimenda, conforme o art. 44, I, do Código Penal. PENA DE MULTA. PLEITO DE ISENÇÃO. ALEGAÇÃO DE POBREZA. IMPOSSIBILIDADE. CONDENAÇÃO EM CUSTAS PROCESSUAIS. REVERSÃO. MOMENTO DA VERIFICAÇÃO. JUÍZO DA EXECUÇÃO. PLEITO IMPROCEDENTE. 12. A condenação em pena de multa integra o preceito secundário do tipo penal, não havendo possibilidade de ser afastada pelo julgador em razão da alegada hipossuficiência do réu, já que se trata de sanção de caráter penal e sua isenção violaria o princípio constitucional da legalidade. 13. É na fase da execução que deve ser avaliada a hipossuficiência de quem reclama os auspícios da justiça gratuita, para fins de isenção do pagamento das custas processuais. 14. Apelação conhecida e parcialmente provida para reconhecer a incidência da circunstância atenuante da pena prevista no art. 65, I, primeira parte, do Código Penal, sem, no entanto, alterar o quantitativo final de pena em razão da incidência da Súmula nº 231 do STJ. ACÓRDÃO A Egrégia 2ª Turma da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins decidiu, por unanimidade, conhecer do recurso e DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, tão somente para reconhecer a circunstância atenuante da pena menoridade relativa, sem, no entanto, alterar o quantitativo final de pena em razão da incidência da Súmula nº 231 do STJ, mantendo, quanto ao mais, inalterada a sentença que condenou o apelante pela prática do crime descrito no art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06, à pena definitiva de 5 anos de reclusão – no regime inicial semiaberto – além de 500 (quinhentos) dias-multa, no valor unitário mínimo, nos termos do voto da Relatora. Votaram acompanhando a Relatora o Desembargador Eurípedes Lamounier e o Juiz Jocy Gomes de Almeida. Representante da Procuradoria – Geral de Justiça: Drª. Beatriz Regina Lima de Mello. Palmas, 24 de maio de 2022. Documento eletrônico assinado por ANGELA MARIA RIBEIRO PRUDENTE, Relatora, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa nº 5, de 24 de outubro de 2011. A conferência da autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico <http://www.tjto.jus.br>, mediante o preenchimento do código verificador 523295v6 e do código CRC 053b2ba8. Informações adicionais da assinatura: Signatário (a): ANGELA MARIA RIBEIRO PRUDENTE Data e Hora: 10/6/2022, às 17:49:17 0002090-56.2020.8.27.2716 523295 .V6 Documento:523292 Poder Judiciário JUSTIÇA ESTADUAL Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins GAB. DA DESA. ANGELA PRUDENTE Apelação Criminal (PROCESSO

ORIGINÁRIO EM MEIO ELETRÔNICO) Nº 0002090-56.2020.8.27.2716/TO RELATORA: Desembargadora ANGELA MARIA RIBEIRO PRUDENTE APELANTE: DANILO CARDOSO RODRIGUES (RÉU) ADVOGADO: ONIVALDO SOARES CARDOSO (OAB T0009177) APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO (AUTOR) RELATÓRIO Trata-se de Apelação interposta por DANILO CARDOSO RODRIGUES em face da sentença (evento 68, autos originários) proferida nos autos da ação penal nº 0002090-56.2020.8.27.2716, em trâmite no Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Dianópolis, na qual foi condenado pela prática do crime descrito no art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06, à pena definitiva de 5 anos de reclusão – no regime inicial semiaberto – além de 500 (quinhentos) dias-multa, no valor unitário mínimo. Segundo se extrai da denúncia, no dia 13/12/2019, por volta das 14h, na Rua Herculano Rodrigues, no Setor Bela Vista, em Dianópolis-TO, o ora apelante trazia consigo, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, para fins de comércio ilegal, 11 (onze) porções da substância conhecida como “maconha”, pesando 20,8 g (vinte gramas e oito decigramas), substâncias proscritas em todo o território nacional, capaz de provocar dependência física e psíquica de acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Apurou-se que nas circunstâncias de tempo e local citadas, policiais militares em patrulhamento avistaram o denunciado em atitude suspeita e, ao se aproximarem, notaram que se tratava do denunciado Danilo Cardoso, suspeito da prática do tráfico de drogas e outros delitos na cidade de Dianópolis-TO. Após busca pessoal, as substâncias entorpecentes foram localizadas, as quais foram descritas do Auto de Exibição de Apreensão. Em razão do fato, foi denunciado como incurso nas sanções do art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06, denúncia esta recebida em 29/01/2020. Feita a instrução, o d. magistrado a quo julgou a pretensão punitiva estatal procedente, condenando-o nos termos declinados em linhas pretéritas. Em suas razões recursais (evento 83, autos de origem), o apelante aduz que a busca pessoal deve basear-se em fundada suspeita, de modo que a ausência de justificativa torna ilícita a prova adquirida. Aduz que no caso concreto os policiais não relataram qual atitude suspeita ensejou a busca pessoal, razão pela qual a abordagem policial se deu de forma abusiva e, como tal, eivou de nulidade as provas obtidas. Adiante, alega que a autoria delitiva não restou suficientemente comprovada, uma vez que as drogas destinavam-se ao seu uso, já que faz uso de entorpecentes desde criança, pelo que requer, em suma: a) a declaração de nulidade das provas; b) a absolvição ante a ausência de provas a subsidiar sua condenação; c) a desclassificação para a conduta tipificada no art. 28, da Lei nº 11.343/06; d) a redução da pena-base ao mínimo legal; e) o reconhecimento da circunstância atenuante da pena prevista no art. 65, I, do Código Penal (menoridade relativa); f) a incidência da causa especial de diminuição da pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei de Drogas; g) a exclusão da pena de multa; h) a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos ou a fixação de regime prisional menos gravoso; i) o benefício da justiça gratuita. Em sede de contrarrazões (evento 86, autos de origem), o apelado propugnou pelo conhecimento e improvemento do recurso, a fim de que a sentença seja mantida em seus exatos termos. No mesmo sentido opinou a d. Procuradoria-Geral de Justiça, no parecer exarado no evento 6, dos autos epigrafiados. É o relatório do essencial. Ao revisor, nos termos do disposto no art. 38, inciso III, alínea “a”, do RITJTO. Documento eletrônico assinado por ANGELA MARIA RIBEIRO PRUDENTE, Relatora, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa nº 5,

de 24 de outubro de 2011. A conferência da autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico <http://www.tjto.jus.br>, mediante o preenchimento do código verificador 523292v2 e do código CRC eb28a480.

Informações adicionais da assinatura: Signatário (a): ANGELA MARIA RIBEIRO PRUDENTE Data e Hora: 28/4/2022, às 16:53:15

0002090-56.2020.8.27.2716 523292 .V2 Extrato de Ata Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins EXTRATO DE ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 24/05/2022 Apelação Criminal (PROCESSO ORIGINÁRIO EM MEIO ELETRÔNICO) Nº 0002090-56.2020.8.27.2716/TO RELATORA: Desembargadora ANGELA MARIA RIBEIRO PRUDENTE REVISOR: Juiz JOCY GOMES DE ALMEIDA PRESIDENTE: Desembargador ADOLFO AMARO MENDES PROCURADOR (A): BEATRIZ REGINA LIMA DE MELLO APELANTE: DANILO CARDOSO RODRIGUES (RÉU) ADVOGADO: ONIVALDO SOARES CARDOSO (OAB T0009177) APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO (AUTOR) Certifico que a 1ª CÂMARA CRIMINAL, ao apreciar os autos do processo em epígrafe, proferiu a seguinte decisão: SOB A PRESIDÊNCIA DO DESEMBARGADOR ADOLFO AMARO MENDES, A 2ª TURMA JULGADORA DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, TÃO SOMENTE PARA RECONHECER A CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE DA PENA MENORIDADE RELATIVA, SEM, NO ENTANTO, ALTERAR O QUANTITATIVO FINAL DE PENA EM RAZÃO DA INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 231 DO STJ, MANTENDO, QUANTO AO MAIS, INALTERADA A SENTENÇA QUE CONDENOU O APELANTE PELA PRÁTICA DO CRIME DESCRITO NO ART. 33, CAPUT, DA LEI Nº 11.343/06, À PENA DEFINITIVA DE 5 ANOS DE RECLUSÃO ? NO REGIME INICIAL SEMIABERTO ? ALÉM DE 500 (QUINHENTOS) DIAS-MULTA, NO VALOR UNITÁRIO MÍNIMO. RELATORA DO ACÓRDÃO: Desembargadora ANGELA MARIA RIBEIRO PRUDENTE Votante: Desembargadora ANGELA MARIA RIBEIRO PRUDENTE Votante: Juiz JOCY GOMES DE ALMEIDA Votante: Desembargador EURÍPEDES LAMOUNIER WANDELBERTE RODRIGUES DE OLIVEIRA Secretário MANIFESTAÇÕES DOS MAGISTRADOS VOTANTES Acompanha o (a) Relator (a) – GAB. DO DES. EURÍPEDES LAMOUNIER – Desembargador EURÍPEDES LAMOUNIER.